

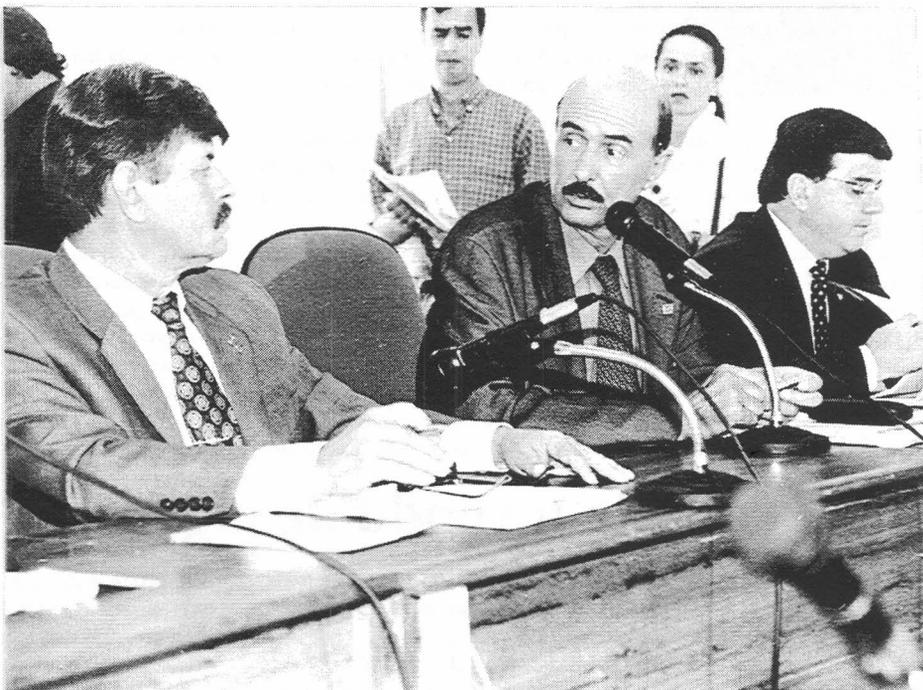
NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 30 de março de 2001

Ano 3 Nº 51

Futuro da Celesc passa por decisão da AL

A Comissão de Justiça iniciou nesta semana discussão do projeto de lei governamental que autoriza a Celesc a alienar sua participação acionária na Casan e do que autoriza o Executivo a promover a reorganização administrativa, técnica e societária da Celesc



(foto Giancarlo Borriuzzi)

O novo presidente da Comissão de Justiça, deputado Reno Caramori (PPB), abriu nesta terça-feira (27) a primeira reunião deste ano, quando foi eleito o seu vice-presidente, o peemedebista Herneus de Nadal, indicado pelos partidos de oposição.

Participaram da reunião representantes da Fiesc, do Sindicato dos Eletricitários, da diretoria da Celesc, além do presidente da Celesc, Francisco Küster, que disse ter ido em busca de um novo modelo de gestão devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa nos últimos anos. "Do jeito que está, a Celesc não resiste mais cinco anos", declarou, informando que a empresa Accenture foi contratada para prestar consultoria à

Küster defende aprovação de projetos na CCJ estatal e que dentro de 120 dias deverá desenvolver uma gestão que possa tornar a Celesc viável.

O debate, com quase quatro horas de duração, não foi suficiente para que os parlamentares deliberassem sobre esses dois projetos. Alguns deputados consideram que a venda de ações da Casan que estão em poder da Celesc é o passo inicial do processo de privatização da companhia de saneamento, e a divisão dessa estatal de energia elétrica resultaria na venda da companhia para a iniciativa privada.

Assim, atendendo à solicitação do deputado Jaime Duarte (PPS), na próxima segunda-feira (2), às 14 horas, no Plenário, as Comissões de Justiça, de Finanças e de Trabalho promovem uma audiência pública com o objetivo de aprofundar o assunto. Deverão estar presentes representantes da Celesc, da Casan, da Fiesc, do Sindicato dos Eletricitários, da Secretaria da Fazenda e do Ministério Público.

Emenda constitucional

Preocupado com a questão, Duarte apresentou na quarta-feira (28) projeto de emenda constitucional que envolve o futuro da Celesc e da Casan. De acordo com a proposta, o controle acionário das duas empresas pelo Estado passa a constar da Constituição Estadual.

Segundo ele, as atividades do setor de geração e distribuição de energia, abastecimento de água e saneamento básico são extremamente complexas e importantes, portanto as decisões a respeito não podem ficar fora da Constituição e, como tais, devem ficar também sob controle da Assembléia.

Hoje, da forma como as duas empresas estão, com apenas 11 votos em Plenário o governo estadual pode se desfazer das ações. Se for aprovada a emenda constitucional, serão necessários 24 votos.

**CPI da Sonegação
confirma caixa 2**

Página 4

OPINIÃO

A dura realidade do doente mental



Elaborar um diagnóstico preciso e propor soluções para as questões relacionadas ao atendimento do doente mental em estabelecimentos de saúde públicos e privados do Estado de Santa Catarina são os principais objetivos da Comissão Especial Externa proposta por este deputado e aprovada em Plenário.

Instalada a Comissão, escolhidos os seus cinco membros, eleitos o presidente e o relator, vamos partir para o trabalho. O primeiro passo será reunir dirigentes hospitalares, representantes da Secretaria da Saúde e da comunidade para ouvir os seus

depoimentos.

Queremos, ainda, estar presentes nos locais, fazer contato com os pacientes portadores de doenças mentais, com técnicos e membros da direção das instituições, ver de perto aqueles seres humanos, que, na maioria das vezes, permanecem abandonados.

Sabemos das dificuldades que se impõem a iniciativas dessa natureza. Sabemos, também, que muitos antes de nós já tentaram mudar essa realidade, em que são praticadas as violações mais comuns aos direitos humanos.

No ano passado, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal visitou durante 12 dias hospitais psiquiátricos em sete estados e ofereceu um relatório com uma amostra da realidade manicomial brasileira. E o que percebemos, ao ler esse documento, é que há seres humanos

esquecidos atrás dos muros e das grades dos manicômios.

Muitos dos que participaram da caravana não esquecerão o que viram durante as visitas. Os olhares, as súplicas, os sorrisos dos pacientes estão no relato emocionante de deputados federais.

“O sofrimento infinito a que foram submetidos os internados faz com que a própria idéia de tempo se confunda com a eternidade”, disseram os membros da Comissão de Direitos Humanos ao transcrever a resposta de um paciente sobre o tempo de permanência na instituição: “Há 600 anos”, disse ele.

Em Santa Catarina, a nossa preocupação surgiu após uma visita ao Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville, que atende, em média, de sete a oito pacientes por dia com doenças mentais e é o único estabelecimento de saúde das regiões Norte e Nordeste do Estado que possui uma ala para atendimento psiquiátrico.

“O trabalho a ser produzido pela Comissão Especial Externa tem por objetivo contribuir para o debate da questão da saúde mental no Estado, haja vista a permanência de um modelo anacrônico. As razões para a mudança de atitude com relação aos doentes mentais são muitas e diversas. Não tenho a pretensão de encontrar a solução,” esclareceu.

A luta antimanicomial iniciou na década de 80, na Itália, e culminou com o fechamento dos asilos destinados a tratar dos doentes mentais naquele país. No Brasil, a decisão do Congresso em aprovar o projeto do deputado Paulo Delgado (PT) é uma resposta positiva à possibilidade de mudança para uma concepção moderna de tratamento ao doente mental.

Deputado Jaime Duarte (PPS)

Proibida a venda de cigarro a menores

O Projeto de Lei 187/00, de minha autoria, apresentado por ocasião do Dia Mundial de Combate ao Fumo, agora é lei.

Em meados de dezembro de 2000 o projeto foi aprovado pela unanimidade dos deputados na Assembléia. No dia 8 de janeiro de 2001 foi sancionado pelo governador. No dia 9 de janeiro de 2001 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 16.576.

A partir de então, a Lei nº 11697 proíbe a venda de cigarros a menores de 18 anos em SC, e os estabelecimentos comerciais devem

informar isso em local visível aos consumidores.

Nossa intenção é ter a lei como mais um instrumento para coibir o uso do cigarro e prevenir os males por ele causados, uma vez que em nosso Estado a venda deste produto ainda não era proibida a menores. O Estatuto da Criança e do Adolescente respalda a nova lei, pois, de maneira genérica, já previa em seu artigo 81, inciso III, a proibição de produtos que possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por ação indevida.



Esperamos que a lei sirva como forma de conscientizar os jovens e os proprietários de estabelecimentos comerciais sobre o mal que causa o cigarro, pois está comprovado que a nicotina, seu principal elemento químico, vicia e causa problemas cardíacos, respiratórios e vários tipos de câncer, entre os quais o de pulmão.

Hoje o custo do tratamento de doenças causadas pelo cigarro é muito elevado, sem falar no sofrimento dos familiares e no da própria pessoa que está doente.

Os países de Primeiro Mundo, como os Estados Unidos, vêm adotando cada vez mais medidas para inibir o hábito de fumar, principalmente entre os adolescentes, proibindo inclusive a propaganda de cigarro.

No Brasil, no ano passado, alguns deputados federais tentaram impedir por completo esse tipo de propaganda, prova que existe uma conscientização por parte das autoridades e também da população de que realmente o cigarro só traz malefícios, coisa que as igrejas evangélicas já vêm alertando há muito tempo. A prevenção ainda é o melhor caminho !

Deputado Narcizo Parisotto (sem partido)

Mesa Diretora:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)
1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
2º Secretário: Odete de Jesus do Nascimento (PL)
3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins
Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
Revisão: Margareth Genovez
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

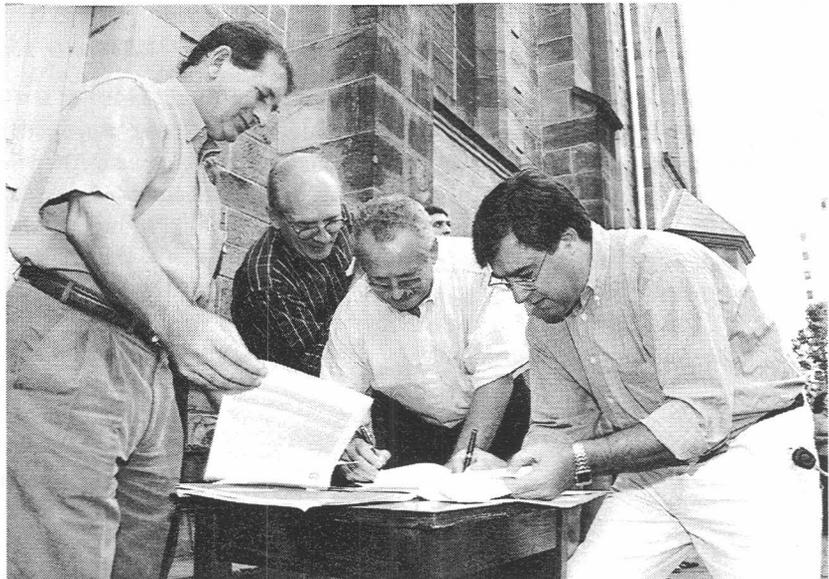
ESPECIAL

Qualidade de vida preocupa Agostini

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Onofre Agostini (PFL), trabalha com o governo do Estado a fim de equipar hospitais de referência das regiões Norte, Sul e Planalto Serrano para tratamento especializado aos portadores de câncer. No hospital regional de Chapecó já foram investidos 2 milhões de dólares em equipamentos e capacitação de médicos e demais profissionais da área. A expectativa é de que até final do ano o hospital esteja preparado para atender os doentes do Oeste.

Agostini quer preservar a dignidade e minimizar o sofrimento dos pacientes do interior do Estado que, ao se deslocarem à Capital para receber tratamento adequado, enfrentam o cansaço por causa das longas viagens em ambulâncias e até dificuldades financeiras, uma vez que as idas para as sessões de quimioterapia ou radio-terapia são dispendiosas.

A preocupação com a qualidade de vida da comunidade catarinense sempre norteou as ações do deputado pefelista. É de sua autoria a lei, de 1991, que obriga atendimento preferencial aos idosos e às gestantes em instituições públicas e supermercados do Estado. Também é autor da lei que determina o



(foto Solon Soares)

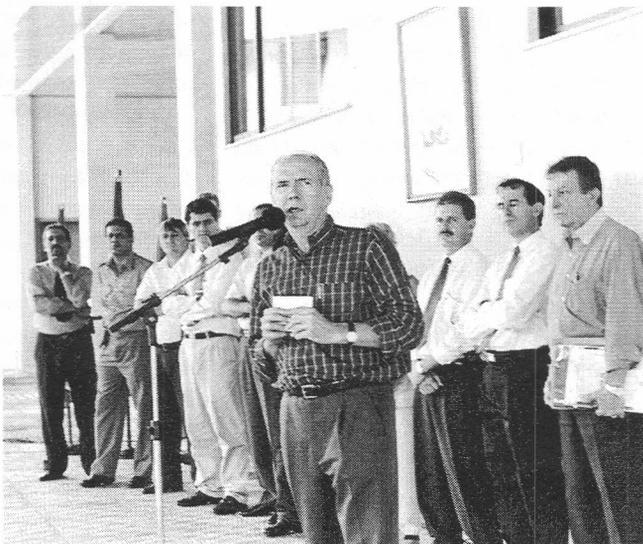
O presidente Onofre Agostini participou na última semana, em Lages, da assinatura de convênio entre o governo do Estado e aquela prefeitura para a implantação do Programa Sentinela, que atenderá crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual.

Estado a aplicar 8%, dos 25% destinados à educação, em educação especial e da lei que prevê incentivos fiscais às empresas que admitam empregados portadores de deficiência.

São de sua autoria, ainda, as leis que garantem a gratuidade do teste do pezinho e o direito de professoras, atendentes e serventes grávidas de escolas públicas à vacina gratuita contra rubéola.

Equipamentos para a Polícia Civil

Em companhia do governador em exercício, Paulo Bauer, o deputado Heitor Sché (PFL) participou em Rio do Sul da entrega de cinco viaturas e equipamentos à Polícia Civil daquele município. Um destes veículos foi adquirido pelo Plano de Segurança Nacional e os demais pelo Fundo Estadual de Segurança Pública.



(foto Valdir Nunes)

Entrega das viaturas em Rio do Sul

“É importante equipar o setor de segurança pública porque tudo o que se fizer em benefício desta área é pouco,

tendo em vista o aumento da criminalidade”, alertou.

Segundo Sché, o governo vem dis-

pensando atenção ao setor ultimamente.

Além de implantar o cronograma para pagamento de salários atrasados, antecipou o pagamento, liquidando já a dívida com a Polícia Militar, havendo previsão para saldar este compromisso com a Polícia Civil até o final do próximo mês.

“Recebemos, também, com satisfação, a notícia de que agora já se encontra em estudos a proposta que apresentamos no início do governo no sentido de que seja concedido reajuste de vencimentos ao homem de segurança, inclusive incorporando as vantagens hoje percebidas, como, por exemplo, as horas extras em um único salário, o que viria ao encontro dos interesses das corporações civil e militar. Estamos confiantes nesta proposta”, finalizou o parlamentar.

COMISSÕES

Fiscais confirmam caixa 2 em setores produtivos

Fiscais de tributos estaduais confirmam a existência de caixa 2 em empresas na região do Alto Vale do Itajaí

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a sonegação fiscal no Estado de Santa Catarina, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT), constatou nesta terça-feira (27) que existem emissões de notas frias nos setores madeireiro e de produção de arroz. Os parlamentares já tinham conhecimento que o mesmo esquema

vinha sendo utilizado no setor têxtil da região do Vale do Itajaí, principalmente em empresas de Blumenau. Além disso, foi confirmada irregularidade no setor de produção de aves. Foram ouvidos os fiscais Werner Gerson Dannebrock, de Blumenau, e Herman Hanz Piske, de Rio do Sul.

Herman Piske revelou que no setor de aves algumas empresas estariam subfaturando seus produtos para exportação sem enviá-los ao exterior. Isso porque, segundo a deputada Ideli Salvatti, as exportações estão isentas do pagamento do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

O fiscal informou também que apenas recentemente o governo do Estado rea-

tivou o convênio existente entre a Secretaria da Fazenda e a Receita Federal para troca de informações fiscais. “Uma empresa pode estar deixando de pagar o ICMS sobre um produto mas quitando os impostos federais, o que caracteriza a sonegação de um tributo estadual”, explicou a parlamentar petista.

Werner Dannebrock, que teve seu depoimento realizado em sigilo, apresentou documentos comprovando diversas irregularidades na fiscalização de empresas da região de Blumenau. Confirmou que várias empresas possuem livros contábeis paralelos e que em alguns deles, como o da Nilcatex Confecções, existem registros de depósitos bancários em favor de fiscais, inclusive envolvendo o deputado federal João Pizzolatti (PPB) e sua esposa.

Próximos depoimentos - No próximo dia 3 de abril, às 17 horas, prestará depoimento o ex-gerente de Fiscalização de Blumenau, Almir José Borges.

No dia seguinte (4), às 8 horas, será a vez do proprietário da Nilcatex, Eldo Umbelino, que já foi intimado a depor na CPI.



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputados colhem depoimentos

Cirurgia cardíaca

A região Sul do Estado poderá contar, a partir dos próximos meses, com atendimento cirúrgico para problemas cardíacos. O Hospital São José, de Criciúma, que já é credenciado pelo SUS, terá prazo de 60 dias para a aquisição de um centro cirúrgico e instalação de seus equipamentos.

A decisão, aguardada com ansiedade, foi repassada pelo Secretário de Estado da Saúde, João Cândido, nesta quarta-feira (28), a uma comissão composta pelos parlamentares Clésio Salvaro (PFL), Valmir Comin (PPB), Altair Guidi (PPB), Júlio Garcia (PFL), Volnei Morastoni (PT) e Ronaldo Benedet (PMDB), além do representante do deputado José Paulo Serafim (PT).

Esta comissão, formada especialmente para tratar deste assunto, esteve na semana passada em Brasília para solicitar ao diretor de Assuntos de Alta Complexibilidade do Ministério da Saúde urgência para a questão.

Saúde promove encontro sobre plantas medicinais

Foi aberto oficialmente nesta quarta-feira (28), no Plenário da Assembleia, o 1º Encontro da Rede Sul Brasileira pela Vida - Plantas Medicinais. O evento, que se estende até esta sexta-feira (30), reúne autoridades federais, estaduais e municipais de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, que irão discutir os diversos aspectos da utilização das plantas medicinais através de mesas redondas e painéis.

O coordenador do Encontro, deputado Nelson Goetten (PPB), da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia, destacou que o evento tem como objetivo reunir experiências dos três estados do Sul em plantas medicinais e desenvolver essa cultura como uma alternativa ao pequeno

produtor rural, que atualmente depende quase que exclusivamente do plantio do fumo para sobreviver.

O parlamentar explicou que Santa Catarina possui solo propício para a produção de plantas medicinais, hoje com um alto consumo mundial, movimentando anualmente cerca de US\$ 280 bilhões. Para ele, o Estado tem plenas condições de produzir plantas medicinais e aromáticas não apenas para consumo local e nacional, mas também para exportação. “Com isso, o pequeno agricultor poderá incrementar sensivelmente sua renda familiar”.

O evento também servirá para despertar o interesse de diversos órgãos públicos nas três esferas em viabilizar recursos financeiros e econômicos para que o agricultor possa produzir e comercializar suas plantas.

COMISSÕES

Proprietários de terrenos de marinha querem medidas contra alienação

A Associação dos Usuários e Ocupantes dos terrenos de marinha em Santa Catarina está estudando a possibilidade de ingressar na Justiça com uma ação coletiva contra os efeitos da Lei nº 9.636, que prevê a alienação de todos os imóveis e terrenos da União. As propostas e ações foram discutidas nesta segunda-feira (26) no Plenarinho da Assembleia, com a presença do deputado federal Edison Andrino e do estadual João Henrique Blasi (PMDB), advogados e proprietários de terrenos de marinha no Estado.

Através da Lei nº 9.636, o governo federal pretende colocar à venda todos os imóveis e terrenos localizados a uma distância de 33 metros da linha da preamar média (ponto médio das marés altas observadas durante o ano). A secretaria do Patrimônio da União (SPU) possui a inscrição de pelo menos 26 mil proprietários que estão sujeitos aos efeitos

dessa lei em Santa Catarina. Estima-se, no entanto, que outros 30 mil não cadastrados também podem perder ou ter que recomprar seus imóveis.

Para o presidente da Associação, Sebastião Marcati, o maior problema tem sido a falta de informações sobre a lei e as medidas que podem ser tomadas para evitar a alienação. "Para que possamos entrar com uma ação coletiva faz-se necessário que as pessoas se inscrevam na Associação", esclarece.

Na opinião do advogado Gilberto Rufino, especialista em legislação referente aos terrenos de marinha, o governo está apenas tentando tirar partido de uma garantia que a lei lhe dá. Entretanto, ele garante que alguns dispositivos da lei podem ser



Deputado Blasi no comando da reunião

contestados judicialmente, como a intimação por meio de edital ou o pagamento em até 120 vezes.

O deputado Blasi afirma que o governo federal está querendo fazer caixa, a exemplo das privatizações, e considera a lei "um absurdo", concordando com Rufino no que diz respeito às ações judiciais. "Podemos questionar esse processo desde

a avaliação dos terrenos até a preamar média", salientou.

Por sua vez, Edison Andrino reconhece que a situação é preocupante. "O governo já fez um levantamento de toda a área de preamar do litoral brasileiro", revela. Ele defende a criação de uma Frente Parlamentar Nacional para tentar reverter os efeitos da lei federal.

Agricultura familiar debatida no Oeste

(foto Jonas Lemos Campos)

O deputado José Paulo Serafim (PT), membro da Comissão de Agricultura da Alesc, participou da abertura do 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar do Sul do Brasil, realizado em Chapecó durante esta semana. O objetivo do evento, organizado pelo Fórum Sul dos Trabalhadores Rurais da CUT e que contou com a presença de quase quatro mil pessoas, é a criação da Federação Sindical da Agricultura Familiar da região, reunindo os agricultores deste segmento com o fim de conquistar condições ideais para



Deputado José Paulo Serafim

que a população do campo viva dignamente de seu trabalho.

O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, fez a palestra de abertura com uma análise da conjuntura atual do País e do setor agrícola. Para ele, o incentivo à agricultura familiar é a fórmula para combater uma série de graves problemas que estão ganhando força na mesma proporção em que se amplia o êxodo rural. Milton Mendes

de Oliveira, presidente estadual do partido, também participou do Congresso.

Serafim aproveitou a oportunidade para fazer contatos com representantes do movimento de produtores rurais e com membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) a fim de conhecer um pouco melhor a questão da disputa da terra entre índios e colonos.

"O clima continua tenso e teremos que trabalhar com muito empenho para aprovar o mais rapidamente possível a emenda que prevê a indenização não só pelas benfeitorias, mas também pelas terras indígenas ocupadas por não-índios", declarou.

PLENÁRIO

Rejeição de veto obriga a identificação de celular

As operadoras de telefonia celular serão obrigadas a implantar cadastros de identificação formal de todos os adquirentes de aparelhos do tipo cartão, crédito antecipado ou semelhantes no prazo de 180 dias. O projeto, de autoria do Deputado Jaime Mantelli (PDT), foi aprovado no final do ano passado, mas não foi sancionado – passo decisivo para a lei entrar em vigor. Nesta quarta-feira, porém, com o apoio de todas as bancadas, o veto governamental ao projeto acabou sendo rejeitado.

A idéia do projeto surgiu como consequência dos inúmeros relatos ouvidos durante os depoimentos na CPI do Narcotráfico e da própria crônica policial, dando conta da intensa utilização de telefones celulares por criminosos.

Projetos com veto total mantido:

- PC n°s 18 e 19/00 (deputados Onofre Agostini - PFL e Nelson Goetten - PPB), que alteram dispositivos das Leis n°s 161/97 e 194/00, que dispõem sobre custas e emolumentos;

- PL n° 107/00 (Jaime Mantelli - PDT), que dispõe sobre o direito de a mulher requerer o teste sorológico anti-HIV dos prestadores de serviços do SUS como exame complementar do pré-natal;

- PL n° 151/00 (João Rosa - PTB), que autoriza o Poder Executivo a instituir o passe-saúde aos usuários do SUS que necessitem de exames laboratoriais ou especializados;

- PL n° 465/99 (Jorginho Mello - PSDB), que normatiza a participação de atletas representado municípios nos Jogos Abertos;

- PL n° 263.1/00 (João Rosa - PTB), que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo ao município que implantar o Programa de Aleitamento Materno;

- PL n° 07/00 (João Rosa - PTB), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Educação com Segurança, objetivando transformar os adolescentes que trabalham como guardadores de veículos em agentes multiplicadores da educação para o trânsito e do turismo;

- PL n° 353/00 (Heitor Sché - PFL), que dispõe sobre cargos de provimento em comissão de assistente operacional;

- PL n° 344/00 (Odete de Jesus - PL), que inclui no calendário oficial do Estado a Semana do Aleitamento Materno;

- PL n° 233/00 (Joares Ponticelli - PPB), que dá nova redação à lei que dispõe sobre a distribuição da quota estadual do salário-educação; e

- PL n° 322/00 (Rogério Mendonça - PMDB), que acrescenta parágrafo único ao artigo 3° da Lei n° 10.511/97, que trata da doação de imóveis no município de Rio do Campo.

Vetos parciais:

- PL n° 145/00 (João Rosa - PTB), que dispõe sobre medidas de segurança a serem adotadas pelos circos e outros estabelecimentos itinerantes. Foi vetado o parágrafo que determina ao Poder Executivo, através de órgão designado pelo governador, realizar fiscalização do cumprimento da lei em questão; e

- PL n° 300/00 (Rogério Mendonça - PMDB), que reconhece o município de Rio do Campo como Capital Catarinense das Comemorações sobre as Origens e o Colono. O veto é sobre artigos que determinam ao Executivo implantar programa de incentivo ao incremento dos projetos relacionados à preservação da cultura e de outros costumes oriundos da colonização e do produtor rural.

Porto de Imbituba

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) encaminhou, na semana passada, ofício ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, reivindicando intervenção na atual administração do porto de Imbituba e medidas que possibilitem a transferência do seu controle para o município. A Companhia Docas de Imbituba administra o porto e seu contrato de concessão vai até 2012.

Segundo Blasi, a municipalização atende a uma antiga postulação da comunidade e, principalmente, dos portuários. No ofício que remeteu ao ministro Padilha, o líder da bancada do PMDB anexou documentos que comprovam a má gestão administrativa e financeira do porto, alegando que essa situação tem gerado "graves reflexos sociais".

Na segunda-feira (26), o deputado participou de uma audiência na sede do DNER em Florianópolis com representantes do sindicato dos funcionários do porto e o ministro Padilha para discutir o assunto. Blasi acredita que a experiência exitosa no porto de Itajaí, repassado à prefeitura em 1997, possa se repetir em Imbituba.

Vagas para qualificação de agricultores

A revisão do número de vagas de Agricultores de Joinville para as Ações de Qualificação Profissional 2001 foi solicitada pelo deputado Francisco de Assis (PT) à secretária do Desenvolvimento Social e da Família. Diz que o Sine e o Conselho Estadual de Trabalho e Emprego (Cete) definiram apenas 113 vagas para a agricultura no Plano Estadual de Qualificação – PEQ 2001 - quando a demanda para o setor é de 1.594 vagas. "Contestamos o critério injusto e equivocado de distribuição de vagas, segundo o qual o setor agrícola participa apenas com 1% da arrecadação do ICMS do município. Enquanto setores da indústria, do comércio e de exportação, aos quais estão destinadas 66% das vagas, sequer preenchem

suas vagas, a agricultura continuará relegada à posição irrelevante na economia do município por falta de requalificação dos seus trabalhadores", disse.

Segundo Assis, a população rural de Joinville vem diminuindo e que cerca de 1.500 famílias ainda sobrevivem da agricultura. Em vista disso, solicita que os setores econômicos sejam atendidos de acordo com a proporcionalidade apontada pelas demandas apresentadas no Pré-Fórum do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego: agricultura, 13,36% ou 1.504 vagas; indústria, 24,13% ou 2.716 vagas; comércio e exportação, 9,93% ou 1.117 vagas; turismo e artesanato, 9,02% ou 1.015 vagas; e serviços, 43,56% ou 4.903 vagas.

Meio ambiente

A reativação dos convênios entre a Fatma e as prefeituras visando à cooperação técnica foi objeto de indicação do deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador do Estado. Trata-se de pactos de cooperação técnico-institucional que têm por objetivo a execução de programas de desenvolvimento sustentado nos municípios, especialmente em relação ao cumprimento da legislação florestal

e da Mata Atlântica e ao licenciamento de atividades e empreendimentos industriais e urbanos de impacto ambiental local de pequeno e médio potencial poluidor.

Entende o parlamentar que o retardamento da autorização para a celebração dos convênios está causando sérios prejuízos financeiros aos produtores rurais, aos pequenos empreendedores e às comunidades.

Fundo de contribuições voluntárias

A criação de um fundo estadual de contribuições voluntárias para viabilizar projetos comunitários voltados à cidadania e à proteção dos direitos humanos foi objeto de indicação feita pelo deputado Paulo Bornhausen (PFL) ao governador do Estado.

Trata-se de uma conta bancária administrada por

um conselho paritário ao qual caberá selecionar os projetos a serem apoiados, e o Estado desenvolverá campanhas de mobilização voltadas à captação de depósitos. Legislação específica assegurará a participação de órgãos públicos, com recursos humanos e materiais, na implementação de projetos originários de ações de voluntariado.

Base de helicópteros

Diante do anúncio da instalação de uma base de apoio para abrigar helicópteros de patrulhamento e socorro médico rodoviário no Estado, o deputado Nilson Gonçalves (PSDB) está pedindo ao superintendente da Polícia Rodoviária Federal em SC a instalação de equipamento semelhante no aeroporto de Joinville, devido ao elevado número de

acidentes que se verificam naquela região, especialmente na BR-101.

Ao secretário dos Transportes e Obras, Gonçalves solicitou a instalação de um controlador eletrônico de velocidade ou uma rotatória no Km-60 da BR-280, para dar maior segurança aos moradores das comunidades das redondezas onde ocorrem sérios acidentes.

Preço de suínos vivos

Informações sobre a fórmula utilizada pela Secretaria da Fazenda para determinar a pauta do preço do suíno vivo foram solicitadas pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao titular daquela pasta.

O parlamentar justifica que vários produtores já o questionaram sobre a diferença entre o preço

praticado no Estado, que é de R\$ 1,15 o quilo vivo, e a pauta do governo, na ordem de R\$ 1,30.

Sopelsa entende que a medida beneficia o governo com um aumento maior na arrecadação de ICMS, mas prejudica o produtor na comercialização do seu produto com empresas de outros Estados.

Proposições

Deputado Heitor Sché (PFL) ao secretário dos Transportes e Obras pedindo apoio ao projetos de abertura de estradas vicinais no município de Ibirama.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao secretário dos Transportes e Obras solicitando urgência no processo licitatório para a construção do trevo de acesso ao bairro Presidente Vargas, em Içara, conforme projeto já existente.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à Telesc pedindo a instalação de pelo menos trinta linhas de telefones fixos na localidade de Ribeirão Tigre, em Agrolândia.

Deputado Afonso Spaniol (PPB) ao governador e ao secretário da Saúde solicitando a construção de um hospital regional para o Extremo Oeste do Estado.

Deputado Paulo Bornhausen (PFL) requerendo a realização de sessão solene no dia 3 de maio, às 19 horas, em comemoração aos 15 anos do jornal Diário Catarinense.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao secretário dos Transportes e Obras solicitando a conclusão das obras da rodovia SC-474, que liga os municípios de São João do Itaperiú e Massaranduba.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) cumprimentando as autoridades municipais de Vargem Bonita, Cordilheira Alta e Ipuaçú pelo aniversário de emancipação.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Capivari de Baixo e Sangão cumprimentando-os pela passagem do aniversário daqueles municípios, comemorado em 30 de março.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao ministro da Justiça e ao superintendente da PRF no Estado pedindo permanência do posto da Polícia Rodoviária Federal localizado na BR-163, Km-104,7, em São José do Cedro, e a construção de um prédio definitivo para aquele órgão.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao presidente da Telesc solicitando a implantação de torre de telefonia celular no município de Urupema, pois o sistema possibilitará a abrangência do sinal nos municípios de Urubici, Bocaina do Sul e Rio Rufino.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao governador solicitando a disponibilização de equipamentos para o Corpo de Bombeiros Voluntários de Xaxim, que atende vários municípios próximos.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao secretário da Saúde pedindo uma ambulância para atender os pacientes da Fundação Hospitalar de Três Barras, além de equipamentos para o Hospital de Caridade São Braz, de Porto União.

Trabalho escravo

O deputado Afrânio Boppré (PT) está solicitando ao presidente da Assembleia, deputado Onofre Agostini (PFL), que a Comissão Permanente de Mérito de Direito Humanos e Defesa do Consumidor apure a verdade sobre as notícias veiculadas na imprensa sobre a existência de trabalho escravo em Santa Catarina, fazendo visitas aos locais. "Tais práticas ocorrem hoje de forma aberta no âmbito da construção civil, inclusive

nos centros urbanos. Sabe-se que o poder fiscalizador do Ministério do Trabalho, na maioria das vezes, só age mediante denúncias. Em muitos casos as empreiteiras trazem trabalhadores de outros estados para submetê-los a tais relações de trabalho e, ao terminarem a obra, essas pessoas acabam localizando-se nas periferias dos centros urbanos, avolumando os problemas sociais nessas áreas", disse Boppré.

GERAL

AL homenageia o Movimento Tradicionalista Gaúcho

Tradicionalistas e prendas de diversas regiões do Estado e do Rio Grande do Sul marcaram presença na sessão solene realizada nesta quarta-feira (28), às 14 horas, no Plenário, requerida pelo deputado Ivan Ranzolin (PPB) para homenagear o Movimento Tradicionalista Gaúcho de Santa Catarina. Poemas campeiros foram declamados durante a solenidade, que foi encerrada com a entrega de troféus aos parlamentares e de uma chancela de prata do presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), ao presidente do MTG/SC, Tio Preto.

Ranzolin afirmou que a força da tradição presta grandes serviços à sociedade catarinense, além de representar com galhardia o Estado em rodeios por todo o País. Autor de lei que reconhece oficialmente o rodeio como um dos componentes da cultura popular de SC, o deputado Sandro Tarzan (PTB) declarou que espera ver aprovado projeto de lei de sua autoria que autoriza os Poderes Executivo e Legislativo a repassar subvenção social aos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e a piquetes filiados a esses centros.

Trajando a pilcha tradicionalista, o deputado Jaime Mantelli (PDT) lembrou que o gaúcho construiu a região Sul e que a tradição chegou tanto ao Japão quanto em Pequim, na China, onde presenciou atendentes pilchados ser-



Deputado Ranzolin na entrega de troféus

vindo churrasco temperado com sal grosso.

Já o deputado Gelson Sorgato (PMDB) frisou que o tradicionalismo é a maior força para a resolução dos problemas comunitários, e o deputado Francisco de Assis (PT) informou que sua família participa ativamente das atividades de um piquete criado recentemente.

Declarando-se feliz pelo fato de a tradição gaúcha ser acatada e respeitada pelos homens públicos de SC, o presidente da Confederação Brasileira das Tradições Gaúchas (CBTG), Edson

Otto, disse que a força do gaúcho é objeto de estudos em universidades de diversos países e que essa tradição se mantém cada dia mais forte, apesar da globalização.

Agostini enfatizou que um povo sem história é um povo sem memória, e o tradicionalismo, com sua alegria, música e torneios nacionais e internacionais, mostra o talento e a arte de nossa gente.

Lançamento

A empresária Anita Pires é a tema do livro *Uma Mulher Afirmativa*, de José Paulo Teixeira e Juliana Perucchi, que será lançado pela Editora Cidade Futura no hall da Assembléia no dia 2 de abril, às 19 horas. A obra destaca os 40 anos de engajamento político e social de uma das principais lideranças de Santa Catarina, cujas atividades vão desde a participação na Ação Católica Brasileira ao Centro de Liderança da Mulher (Celim).

Graduada em Serviço Social, Anita já trabalhava com educação popular nos anos 60, em parceria com Paulo Freire, nas praias do Sul da Ilha e de 1985 a 1988 foi secretária da Educação em Florianópolis. "Anita se revela uma mulher afirmativa, não porque está pronta, mas porque está sempre preparada para novas batalhas e lições de liberdade e autonomia", afirmam os autores, que vão disponibilizar a obra pela Internet.

Agenda

Dia 2, às 8h – Audiência pública das Comissões de Justiça, de Finanças e de Serviços Públicos para debater a autorização para a Celesc alienar ações da Casan e a reorganização da empresa elétrica.

Local: Plenário

Dia 2, às 14h – Sessão especial, requerida pela bancada do PT, para debater o Programa de Renda Mínima e Bolsa-Escola, com a participação do senador Eduardo Suplicy (PT/SP).

Local: Plenário

Dia 2, às 19h – Lançamento do livro *Uma Mulher Afirmativa*, de José Paulo Teixeira e Juliana Perucchi.

Local: Hall da Alesc

Dia 3, às 17h – Instalação e elaboração da pauta dos trabalhos da Comissão Especial Externa criada para levantar dados sobre o atendimento ao doente mental na rede pública e privada e apontar soluções.

Local: Plenarinho

Dia 3, às 17h - Depoimento de Almir José Gorges (CPI Sonegação).

Local: Sala de Comissões

Dia 4, às 8h - Depoimento de Eldo Umbelino, proprietário da Nilcatex (CPI da Sonegação).

Local: Sala de Comissões